

# CONSTRUÇÕES ADITIVAS - UMA ANÁLISE FUNCIONAL

Ivo da Costa do Rosário (UFF/CNPq)

## Considerações iniciais

*“(Quanto ao estudo da correlação), faço-o agora o mais completo que posso. Outros, futuramente, com mais lazer, alargarão as pesquisas, pois, neste assunto, deparam-nos os autores, floresta inexplorada”. (Oitica, 1952:02)*

É marcante, em nossos compêndios, a polêmica quanto à existência e à caracterização da correlação, entendida como processo sintático distinto da coordenação e da subordinação. A maioria dos gramáticos tradicionais, por influência da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), não incluiu em suas obras a correlação, apesar de esta apresentar especificidades bem particulares em relação aos processos mais canônicos de estruturação sintática.

Os estudos lingüísticos, de fato, ainda carecem de investigações mais aprofundadas sobre o tema, haja vista as poucas pesquisas realizadas até a presente data. O que conhecemos são alguns trabalhos esparsos e citações dispersas ao longo de alguns manuais de lingüística e gramáticas da nossa língua vernácula.

No bojo dos estudos funcionalistas não é diferente. A correlação ainda não foi abordada de forma contundente e aprofundada. Nossa pesquisa justifica-se, portanto, como altamente premente para o avanço dos estudos nessa área.

Ao eleger as construções aditivas como objeto de estudo deste trabalho, pretendemos analisar como a noção de adição é materializada tanto na coordenação quanto na correlação. É no mínimo intrigante que uma mesma noção semântica possa ser concretizada por meio de dois processos sintáticos diferentes.

Ao trabalharmos com a noção de *construção*, tomamo-la como sendo um construto lingüístico dotado de forma e sentido, que pode ser tanto oracional como não-oracional. Dessa forma, adotamos um termo mais genérico que evita o emprego equivocado de taxonomias lingüísticas.

Por fim, por meio da análise de nossos dados, verificaremos se é possível defendermos entre a adição coordenativa e a adição correlativa um caso marcado em relação a outro, a partir das formulações de Givón (1990). Para tal, analisaremos dois gêneros textuais do domínio jornalístico, propositalmente com características diversas. Nosso objetivo, com essa postura, é cotejarmos a frequência das construções em ambos os ambientes discursivos e conjecturarmos a possibilidade de postularmos tendências de uso.

## Correlação – terceiro processo de estruturação sintática?

A despeito de a NGB preconizar apenas a existência dos processos sintáticos de subordinação e coordenação, no âmbito do chamado período composto, houve vozes e opiniões dissonantes ao longo do percurso de sua normatização. Chediak (1960:74), consultado acerca do assunto, na época da elaboração da NGB, afirmou: “É lamentável que o Anteprojeto tenha excluído a correlação e a justaposição como processos de composição de período”.

Camara Jr. (1981:87) assevera que a correlação “é uma construção sintática de duas partes relacionadas entre si, de tal sorte que a enunciação de uma, dita prótase, prepara a enunciação de outra, dita apódose”. A explicitação teórica do autor admite que a correlação

apresenta um arrançamento sintático particular, mas assume posição dissonante da de Chediak (1960), ao defender que a correlação não deve ser considerada como um processo de estruturação sintático distinto, pois ela se estabelece tanto por meio da coordenação como por meio da subordinação. Concordam com Camara Jr. (1981) vários teóricos como Bechara (1999), Luft (2000) e Kury (2003).

Carone (2003:62), à maneira de Camara Jr. (1981), também prefere considerar as correlativas, bem como as justapostas, como variantes dos processos de subordinação e coordenação, entretanto, não presta maiores esclarecimentos que sustentem a opção teórica tomada. Vejamos:

“As relações estabelecidas entre orações podem apresentar, por vezes, características de realização que as distinguem do usual, o que tem levado alguns gramáticos a ver nisso outros tantos procedimentos sintáticos. Trata-se da correlação e da justaposição, variantes formais dos (...) processos (de subordinação e de coordenação)”.

Azeredo (1979), em concordância com Luft (2000), também opta por defender a correlação como um subtipo ora da subordinação ora da coordenação, funcionando como um verdadeiro recurso expressivo de ênfase.

“Poucos gramáticos brasileiros, entre os quais José Oiticica, têm identificado na correlação e na justaposição processos de estruturação sintática distintos da subordinação e da coordenação. A maioria entende que aqueles processos servem apenas para materializar certas relações fundamentalmente coordenativas ou subordinativas”. (grifos do autor)

Oiticica (1952), citado por Azeredo (1979), defende a idéia de que as orações consecutivas e comparativas devem ser consideradas correlatas, diferentemente do que preceitua a tradição gramatical brasileira que as considera como subordinadas adverbiais.

O estudo do autor, contido na célebre *Teoria da Correlação* (1952), advoga a existência da correlação como um mecanismo de estruturação sintática ou procedimento sintático em que uma sentença estabelece uma relação de interdependência com a outra no nível estrutural. Assim, a distinção entre a correlação e os outros processos de estruturação poderia ser atestada por meio do critério da dependência sintática. Teríamos, então, três processos:

- a) *Subordinação* – processo de hierarquização de estruturas em que as orações são sintaticamente **dependentes**. (cf. Rodrigues, 2007:227);
- b) *Coordenação* – processo em que as orações são sintaticamente **independentes** uma das outras, caracterizando-se pelo fato de implicarem paralelismo de funções ou valores sintáticos idênticos. (cf. Rodrigues, 2007:227);
- c) *Correlação* – processo em que “duas orações são formalmente **interdependentes**, relação materializada por meio de expressões correlatas”. (cf. Rodrigues, 2007:231)

Melo (1978:152) também considera a correlação como um terceiro processo de estruturação sintática, distinto da subordinação e da coordenação, portanto. Vejamos:

“(a correlação) é um processo sintático irreduzível a qualquer dos outros dois (subordinação ou coordenação), um processo mais complexo, em que há, de certo modo, interdependência. Nele, dá-se a intensificação de um dos membros da frase, ou de toda a frase, intensificação que pede um termo”.

O autor (1978:152) amplia o escopo da correlação que, segundo ele, abarca além das *consecutivas* e *comparativas*, também as *equiparativas*<sup>1</sup> e *alternativas*. Melo (1978) acrescenta que, na linguagem oral, a intensificação normalmente expressa por um advérbio de intensidade (primeira parte da correlação) seria foneticamente realizada por um esforço e alongamento acentuadamente maiores no produzir a tônica, como em: *Chovia, que era um desespero!*

Castilho (2004:143) também filia-se às idéias de Oiticica (1952). Na correlação, segundo o autor, a cada elemento gramatical na primeira oração corresponde outro elemento gramatical na segunda, sem o quê o arranjo sintático seria inaceitável. Para ele, há quatro tipos de correlação: *aditiva*, *alternativa*, *consecutiva* e *comparativa*. As duas primeiras, nas obras tradicionais, geralmente são diluídas na coordenação e as duas últimas, na subordinação, o que não seria adequado devido às suas particularidades.

Com o autor concorda Módolo (1999:03), para quem a correlação é um “tipo de conexão sintática de uso relativamente freqüente, particularmente útil para emprestar vigor a um raciocínio, aparecendo principalmente nos textos apologéticos e enfáticos”. O autor acrescenta que tais construções se destacam mais por expressarem opiniões, defenderem posições, angariarem apoio, do que por informarem com objetividade os acontecimentos.

Segundo análise de Módolo (1999), a tendência a negar a existência da correlação em um nível paralelo à subordinação e à coordenação advém da herança do paradigma estruturalista, fundado nas dicotomias saussurianas. Filiado ao estruturalismo lingüístico, Camara Jr. (1981) teria optado por defender opinião diversa da de Oiticica (1952) por ser fiel à disposição binária dos conceitos de Saussure, para quem a existência de um terceiro conceito na esfera da descrição lingüística aniquilaria a opção teórica pelas dicotomias.

Rodrigues (2007:232-233) também advoga a existência da correlação como um processo que se distingue dos demais, por conta das seguintes características:

- 1º - a correlação apresenta conjunções que vêm aos pares, cada elemento do par em uma oração;
- 2º - no período composto por correlação, as orações não podem ter sua ordem invertida, isto é, não apresentam a mobilidade posicional típica das subordinadas adverbiais;
- 3º - as correlatas não podem ser consideradas parte integrante de outra, como ocorre com as substantivas, as adverbiais e as adjetivas.

---

<sup>1</sup> Melo (1978) afirma que a *correlação equiparativa* ocorre quando queremos estabelecer igualdade ou equivalência para o segundo termo, que vem fechar um pensamento deixado em aberto ou em suspenso no primeiro termo. São normalmente utilizadas com as expressões “*assim... assim também*”, “*não só... mas também*”, “*senão também*”, “*assim como... assim*”.

Percebemos que os argumentos em defesa da correlação como um terceiro processo de estruturação sintática são bastante contundentes. Entretanto, a maioria dos gramáticos prefere não considerá-la como um processo distinto dos demais, provavelmente por influência da tradição normativista. Assim, a investigação da questão apresenta-se como altamente relevante para nossos estudos vernáculos.

### **Gramaticalização de orações**

Segundo Hopper & Traugott (1997), todas as línguas têm dispositivos para interligar as cláusulas no que chamamos de períodos complexos. Entretanto, esses mecanismos de ligação intersentencial, de acordo com os autores, diferem radicalmente de uma língua para outra, desde construções justapostas razoavelmente independentes até construções retóricas dependentes e complexas.

Trazendo raízes dos primeiros trabalhos de Givón (1979), Hopper & Traugott (1997) advogam a possibilidade de inclusão das combinações oracionais no bojo dos estudos de gramaticalização, entendida como processo de mudança unidirecional, em que fatores como tempo, uso e cognição são correlacionados com vistas a uma descrição lingüística mais consistente. Assim assertam os autores:

“Se a gramaticalização for definida amplamente de forma a abranger as motivações e desenvolvimento das estruturas gramaticais em geral, então os processos de combinação de cláusulas claramente se enquadram no seu domínio, como Givón sugeriu.” (Hopper & Traugott, 1997:168)

Os autores acrescentam que a tendência à proposição de uma forte distinção entre os clássicos processos de subordinação e coordenação advém, em parte, de evidências de estudos da modalidade escrita de línguas indo-européias. Ao contrário, seria mais acertado afirmarmos que os períodos complexos hierarquizam-se de variadas formas, o que pode ser simplificado por meio de um declive com três “pontos de aglomeração”. Assim, Hopper & Traugott (1997:170) advogam a existência dos seguintes processos:

- 1) **Parataxe** ou independência relativa;
- 2) **Hipotaxe**, em que há um núcleo, e uma ou mais cláusulas que não podem ficar sozinhas e que são, por conseguinte, relativamente dependentes.
- 3) **Subordinação**, ou, sem sua forma extrema, encaixamento; em outras palavras, dependência completa, em que uma margem está completamente incluída no constituinte de um núcleo.

A parataxe, segundo os autores, é menos integrada que a hipotaxe, que por sua vez, é menos integrada que a subordinação. Nos termos de Givón (1979), a maior integração semântica ou pragmática acarreta também maior integração sintática. Assim, a estruturação sintática estaria imbricada com a própria carga semântica veiculada pelas sentenças da língua.

Apesar de Hopper & Traugott (1997) apresentarem um trabalho de grande profundidade teórica, parece não ter contemplado as construções correlativas oracionais, tal como as conhecemos em português. Afinal, ao propor os três processos de estruturação

sintática (parataxe, hipotaxe e subordinação), os autores deixaram de fazer menção a estruturas interdependentes, como são as orações correlatas.

As orações correlatas, como já dissemos, apresentam características bem diferentes das tradicionais subordinadas e coordenadas. Isso traz implicações discursivas, afinal, “a combinação de cláusulas é a gramaticalização da organização retórica do discurso”. (cf. MATTHIESSEN & THOMPSON, 1988:299).

Lehmann (1988:183-184) apresenta uma hierarquia de integração de orações, que pode ser esquematizada com o seguinte gradiente:

PARATAXE → DÍPTICO CORRELATIVO → HIPOTAXE → COSUBORDINAÇÃO → ENCAIXAMENTO

Lehmann (1988) é um dos únicos autores considerados funcionalistas a agasalhar as chamadas orações correlatas no *continuum* de integração de orações. Para o autor, elas se situam entre a parataxe e a hipotaxe. O problema, contudo, é que não são tecidos comentários ulteriores sobre o fenômeno em destaque.

Diante dos poucos estudos já produzidos, surge a necessidade de desbravarmos essa “floresta inexplorada”, como afirmava Oiticica (1950). Sem querer exceder os objetivos deste trabalho, escolhemos as construções aditivas para nossa análise.

### **Procedimentos metodológicos**

Elegemos como fonte para o nosso *corpus* de pesquisa o *site* eletrônico [www.letras.ufrj.br/varport](http://www.letras.ufrj.br/varport), hospedado no portal da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O VARPORT é constituído de vários *corpora* cientificamente organizados. Seu objetivo é consolidar e intensificar a integração entre os trabalhos que vêm sendo realizados tanto em Portugal quanto no Brasil sobre determinados fenômenos da língua portuguesa. Todos os textos disponíveis no VARPORT foram anteriormente publicados em jornais das principais cidades de Portugal e do Brasil, nos séculos XIX e XX.

Para esta pesquisa, selecionamos dois gêneros textuais do domínio discursivo jornalístico – anúncio e editorial. Nosso interesse é analisar a língua padrão contemporânea, por isso, fizemos um recorte temporal que recobriu os últimos vinte e cinco anos do século passado (1975 a 2000). Dessa forma, apropriamo-nos de uma organização já feita pelo *site*.

Nossa pesquisa, apesar de lidar com dados quantitativos, está focalizada numa base essencialmente qualitativa, por isso, a ênfase de nosso trabalho não está no número de dados analisados. Selecionamos, para nossa análise, 20 anúncios e 07 editoriais. Apesar de a amostra ser numericamente desproporcional, os números de caracteres se aproximam substancialmente, já que os editoriais são bem mais extensos que os anúncios.

### **Análise de dados**

Foram encontradas 184 ocorrências de construções aditivas em nosso *corpus*. Isso aponta a alta produtividade de tais construções, inclusive porque a idéia de adição é básica em qualquer língua e em qualquer contexto lingüístico. Vejamos no quadro abaixo tal distribuição:

	Coordenada		Subtotal	Correlata		Subtotal	Total
	oracional	não-oracional		oracional	não-oracional		
<b>ANÚNCIOS (A)</b>	41	53	94	-	-	-	<b>94</b>
<b>EDITORIAIS (E)</b>	27	56	83	1	6	7	<b>90</b>
<b>Total</b>	68	109	<b>177</b>	1	6	<b>7</b>	<b>184</b>

O quadro acima possibilita-nos fazer importantes inferências. Porém, antes, vejamos um exemplo ilustrativo de cada bloco acima:

- Coordenada oracional:  
( 01 ) “(...) mas não o suficiente para permitir uma boa produção agrícola e viabilizar a pecuária.”  
E -002
- Coordenada não-oracional:  
( 02 ) “Ele vem com um catálogo explicativo com a lista de prêmios, uma ficha de inscrição e dois cartões Smart Club.”  
A – 003
- Correlata oracional:  
( 03 ) “Não há cadáveres, nem sepultura.<sup>2</sup>”  
E – 004
- Correlata não-oracional:  
( 04 ) “Das estatais está sendo exigido não apenas mais comedimento na fixação dos preços e tarifas como maior transparência nos negócios.”  
E – 005

A análise do *corpus* revelou inequivocamente um uso muito mais acentuado de construções coordenadas do que de construções correlatas. Afinal, entre estas, foram contabilizados apenas 7 casos (4%), enquanto que entre aquelas obtivemos 177 ocorrências (96%).

Tais dados incitam-nos a uma análise mais aprofundada com vistas à noção de marcação e iconicidade, duas noções metateóricas estreitamente relacionadas. Por marcação, entendemos não só a complexidade formal e a distribuição de frequência, mas também suas bases substantivas, que podem ser comunicativas, sócio-culturais, cognitivas e neurobiológicas. Por iconicidade, entendemos as condições de naturalidade ou um isomorfismo consistente entre o código sintático e seu *designatum* semântico ou pragmático.

A marcação, tal como desenvolvida no bojo dos estudos funcionalistas norte-americanos, é um conceito dependente do contexto. Isso significa dizer que uma estrutura pode ser marcada em um contexto, e não ser marcada em outro. Basicamente, existem três grandes critérios que podem ser utilizados para a distinção da estrutura marcada em relação à não-marcada. São eles:

- a) **Complexidade estrutural** – a estrutura marcada tende a ser mais complexa que a não-marcada.
- b) **Distribuição de frequência** – a categoria marcada tende a ser menos freqüente.
- c) **Complexidade cognitiva** – a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa em termos de atenção, esforço mental e tempo de processamento.

<sup>2</sup> O verbo haver, correferencial ao da primeira oração, está elíptico na segunda.

Com relação aos nossos dados, podemos afirmar que as construções correlatas são marcadas em relação às coordenadas. Em primeiro lugar, elas tendem a ser mais complexas em termos de estrutura. Afinal, vêm aos pares, de forma interdependente, tal como vimos nos exemplos (03) e (04). Em segundo lugar, elas são bem menos frequentes, como vimos nos dados (apenas 4% das aditivas). Por último, são mais complexas em termos cognitivos, já que são processadas com maior esforço mental e demandam maior tempo de processamento.

As construções coordenadas aditivas são não-marcadas em relação às correlatas aditivas, já que são bem mais frequentes. De fato, a conjunção *e*, o articulador sintático básico da coordenação aditiva, bem reduzida foneticamente, tornou-se um item altamente polissêmico na língua, o que atesta um estágio avançado de gramaticalização.

Vemos, portanto, que as construções correlatas apresentam uma especificidade de sentido, se comparadas às coordenadas. Associando-nos ao paradigma da não-sinonímia da forma gramatical (cf. GOLDBERG, 1995), podemos afirmar que coordenadas aditivas e coordenadas correlatas apenas assemelham-se quanto à carga semântica da idéia de adição, já que podemos postular matizes semânticos diversos para as correlatas. Vejamos mais um exemplo:

( 05 ) A opção por medidas emergenciais, a qualquer título, já não mais se justifica, pois chegou o momento, isto sim, de resolver o problema da seca em definitivo, o que implica, como sublinhou o chefe do Executivo pernambucano, em uma tomada de consciência em torno do real potencial da região, não apenas a nível de Governo, mas também dos agricultores, dos empresários e do povo.

E – 002

O exemplo acima não apresenta uma simples adição de argumentos. Ao contrário, podemos verificar que os dados estão dispostos de forma bastante icônica. Ao enunciar o termo “Governo” e logo em seguida, “agricultores, empresários e povo”, o redator pretendeu conferir ao texto uma maior força argumentativa.

Podemos afirmar que quando um locutor utiliza o par correlativo *não (só) ... mas também*, ele está tentando acrescentar, como é próprio desse operador, um outro elemento que vai na contra-expectativa da idéia de exclusividade, antes aceita pelo interlocutor.

No exemplo (05), o locutor parte do pressuposto de que a população acredita que a resolução para o problema da seca é de responsabilidade do governo. Com a intenção de quebrar essa expectativa do interlocutor, no caso, o leitor do jornal, o locutor amplia a responsabilidade para também os agricultores, os empresários e o povo. É nesse sentido que há uma quebra de expectativa. Tudo isso é traduzido pelo uso do par correlativo *não (só)...mas também*.

Certamente, a força ilocucional seria bem diferente se o locutor dissesse simplesmente: “Resolver o problema da seca implica, como sublinhou o chefe do Executivo pernambucano, em uma tomada de consciência em torno do real potencial da região a nível de governo, dos agricultores, dos empresário e do povo”. Estaríamos, sem dúvida, diante de um outro enunciado dotado de outra força discursiva.

Vejamos mais um exemplo:

( 06 ) Não há dúvida que para essa tomada de consciência a mobilização política se faz não só saudável mas, realmente, indispensável, não apenas em termos de formulação de reivindicações porém de debate e esclarecimento que permitam, por todo o tempo, o acompanhamento das providências e

sua inserção em esquemas revestidos, afinal de contas, de suficiente organicidade, de tal forma a assegurar os resultados que todos almejam. E- 002

O exemplo acima ilustra o uso de duas construções correlatas, o que configura um caso bastante raro de imbricação de orações. No primeiro caso, temos “não só saudável mas, realmente, indispensável”. No segundo caso, temos “não apenas em termos de formulação porém de debate e esclarecimento”.

Curiosamente, encontramos um caso não encontrado em nenhuma gramática do português consultada. É o caso do par correlativo “não apenas... porém”. Uma pesquisa posterior, de caráter mais amplo, poderá atestar ou não estarmos diante de uma inovação na língua portuguesa, que pode ser explicada pela carga semântica semelhante compartilhada pelo porém e pelo mas. Por existir essa proximidade, este poderia estar cedendo lugar àquele.

Observamos no primeiro caso, que algo *indispensável* é gradualmente mais intenso que algo *saudável*. Aliás, o adjetivo *indispensável* é reforçado pelo advérbio *realmente*. A idéia de gradação, portanto, parece ser inequívoca. Da mesma forma, *o debate e esclarecimentos* parecem ser ações ou atitudes mais contundentes do que a *formulação de reivindicações*. Assim, os dados parecem comprovar nossa hipótese que é corroborada por Abreu (1997:33), ao afirmar que “essas expressões correlativas manifestam a intenção do enunciador em criar uma espécie de gradação argumentativa”.

Vejamos o próximo exemplo:

( 07 ) Das estatais está sendo exigido não apenas mais comedimento na fixação dos preços e tarifas como maior transparência nos negócios. E - 005

Barreto (1999:209) organizou um extenso e profundo trabalho cujo objetivo foi traçar uma trajetória histórica dos itens conjuncionais. Segundo tal autora, “como já era empregado no latim em correlação com os advérbios comparativos: *asi*, *tale-*, *tantu-*, *tan*”. Por esse motivo, esta não é uma construção inovadora do português contemporâneo, ou seja, os pares correlativos instanciados pelo *como* podem ter sido gramaticalizados já há alguns séculos.

De acordo com Moura Neves (2000:742), “um tipo diferente de construções aditivas são as correlativas do tipo *não só... mas também* e *não só... como também*”. Elas ficariam, segundo a autora, entre as correlativas aditivas e as correlativas comparativas, como uma espécie de classificação híbrida. Essa afirmação é bastante pertinente, já que pode ser uma explicação plausível para a existência de uma construção *a priori* semelhante à outra já existente.

Ao analisar o par correlativo *não só...mas (também)*, evidentemente similar à forma *não apenas...como*, Guimarães (1987:123) afirma:

“Sabemos (...) que *não só...mas (também)* é um operador cuja frequência não é muito grande e cujo uso parece se dar em textos de registro mais formal, ou com forte caracterização argumentativa. Nisto (...) diferiria da conjunção *e*, muito mais frequente, independente do registro e do tipo de discurso”

De fato, notamos que os pares correlativos aditivos são bem menos prototípicos do que *e*, que é a conjunção por excelência para a indicação da noção de adição, mais neutra do ponto



de vista semântico. Isso pode ser explicado pela especialização de sentido desenvolvida ao longo do tempo, por conta de necessidades comunicativas específicas.

Da mesma forma que Moura Neves (2000), Ayora (1991:27) também reconhece um matiz comparativo de igualdade nas construções com *tanto...como* e afins, uma vez que o par correlativo não serve apenas para somar elementos, mas também para comparar pessoas ou circunstâncias. O autor afirma que, nesses casos, podemos reconhecer que há a soma de membros que possuem idêntica qualidade ou que se encontram em iguais circunstâncias.

Vejamos outro exemplo:

( 08 ) Agora, tanto na área federal como aqui, no Rio de Janeiro, temos de nos preparar para o exercício duro, mas sereno, dessa prática. E - 006

Como podemos verificar em nossos dados, as construções aditivas aqui estudadas aparentam-se às construções comparativas devido à carga semântica do articulador sintático *como*. Devido a necessidades cognitivas e pragmáticas, é possível a produção de mesclas entre domínios diversos como a adição e comparação, havendo a preponderância de um ou outro. Acreditamos ser esse o caso das construções instanciadas pelo *como* correlativo.

Como pudemos verificar, há uma grande diversidade de combinações possíveis para a expressão da idéia de adição por meio da correlação (*não só...como, não apenas...como, tanto...como, não apenas ...mas também, tão...como, não apenas... porém; não...nem*). É importante lembrarmos que tais usos, em grande parte, já haviam sido atestados por Mateus *et alii* (2003) e Moura Neves (2000).

No âmbito da semântica argumentativa, o articulador sintático aditivo correlativo tem a função de articular argumentos de igual valor. Há um detalhe, contudo, de grande importância que distingue essas formas do prototípico *e*, além do que já vimos enunciando ao longo da nossa análise. Observemos a seqüência descrita em (XXI), novamente reproduzida abaixo:

( 09 ) A entidade representativa dos pais denuncia não só reajustes acima dos limites permitidos como o uso de editais que induzem as pessoas a acreditar num reajuste menor do que o efetivamente praticado. E - 005

A enunciação do primeiro elemento correlato (reajustes acima dos limites permitidos) pode ser uma informação já compartilhada ou pressuposta pelo enunciador, cuja intenção pode ser a de surpreender os ouvintes com o elemento novo (uso de editais que induzem as pessoas a acreditar num reajuste menor do que o efetivamente praticado). Assim, tal uso seria, do ponto de vista semântico-pragmático-enunciativo, bem menos neutro que o prototípico *e*. Enfim, devemos afirmar que as vicissitudes do discurso é que determinam em grande parte o uso de uma construção ou outra.

Tendo em vista a análise desenvolvida até este ponto da pesquisa, podemos reafirmar que, de fato, as construções correlatas são marcadas em relação às não-correlatas. Aquelas são dotadas de especial força argumentativa, são mais raras e bem mais complexas, o que caracteriza o conceito de *marcação* no âmbito dos estudos funcionalistas.

Apesar de só termos encontrado 7 ocorrências de construções correlatas, podemos tecer outra importante afirmação: o gênero textual editorial propiciou o aparecimento de tais

construções em detrimento do gênero textual anúncio. Afinal, não houve sequer uma única construção correlata aditiva em todos os 20 anúncios analisados.

Isso pode ser explicado devido ao editorial ser um gênero textual dotado de maior força argumentativa que o anúncio. Este, ao contrário daquele, apresenta grande número de construções paratáticas, com forte apelo persuasivo, o que poderia não favorecer o aparecimento de construções altamente elaboradas, com forte conteúdo semântico e retórico, como é o caso das construções correlatas.

## **Considerações finais**

Certamente muito há por ser investigado no que concerne aos processos de estruturação sintática, especialmente a correlação, relegada por décadas ao ostracismo. Como vimos, de fato, ela apresenta um estatuto diferente dos outros tradicionais processos de estruturação sintática.

No âmbito dos estudos funcionalistas de vertente norte-americana, os estudos são ainda mais necessários devido à quase inexistente bibliografia acerca do assunto. Os estudos sobre a gramaticalização de cláusulas, ainda recentes no cenário das pesquisas lingüísticas, apenas iniciaram suas primeiras perquirições, o que abre diversos campos de investigação para os pesquisadores.

Como vimos, a correlação aditiva pode ser considerada um caso marcado em relação à coordenação aditiva. Os motivos arrolados ao longo da pesquisa confirmaram-se com a análise dos dados extraídos de jornais que tiveram efetiva circulação na sociedade.

Vimos que não é incomum a mescla de dois domínios conceptuais distintos na organização discursiva dos textos. Em outras palavras, vimos como a adição e a comparação mesclam-se com o objetivo de alcançar nuances de sentido que sirvam a novas necessidades comunicativas na interação humana.

Enfim, verificamos que o comportamento sintático da coordenação e da correlação sofre restrição de gêneros, haja vista a não-ocorrência de pares correlativos aditivos nos anúncios, que são textos de caráter bem menos argumentativo se comparados aos editoriais jornalísticos.

Por fim, da mesma forma como reconhecemos e ressaltamos o limite da pesquisa realizada, também enfatizamos a importância da continuidade deste estudo, bem como a necessidade de realização de outros que a este se somem, para que obtenhamos uma documentação atualizada de nossa realidade lingüística.

## **Referências bibliográficas**

ABREU, Antônio Suárez. Coordenação e Subordinação – uma proposta de descrição gramatical. In: **ALFA – Revista de Lingüística**. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, v. 41, 1997.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. **Gramaticalização das conjunções na história do português**. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1999. Tese de Doutorado. 2 vol.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de Lingüística e Gramática**. Petrópolis, Vozes, 1981.

CHEDIAK, Antônio José (org). **Nomenclatura Gramatical Brasileira e sua elaboração**. CADES, 1960.

GOLDBERG, Adele E. **Constructions – A Construction Grammar Approach to Argument Structure**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1995.

HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: JOSEPH, B. & JANDA, R. (eds.) **A handbook of historical linguistics**. Blackweel, 2003.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike & HÜNNEMEYER, Friederike. **Grammaticalization – A conceptual framework**. Chicago, The University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, Paul. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. & HEINE, B. **Approaches to grammaticalization**. Vol. 1. Amsterdam, Benjamins, 1991.

HOPPER, Paul & TRAUGOTT, Elisabeth. **Grammaticalization**. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

LEHMANN, Christian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, John & THOMPSON, Sandra A. **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1988.

MATEUS, Maria Helena *et alii*. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa, Editorial Caminho, 2004.

MATTIESSEN, Christian & THOMPSON, Sandra A. The structure of discourse and ‘subordination’. In: HAIMAN & THOMPSON (eds.) **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988.

MELO, Gladstone Chaves de Melo. **Gramática Fundamental da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Editora Ao Livro Técnico, 1978.

MÓDOLO, Marcelo. **(Pré) publications: forskning og undervisning**. Romansk Institut, Aarhus Universitet, Danmark, 1999.

MOURA NEVES, Maria Helena de. **Gramática de usos do Português**. São Paulo, UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Gramática Funcional**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

OITICICA, José. **Teoria da Correlação**. Rio de Janeiro, Organizações Simões, 1952.

RODRIGUES, Violeta Virginia. *Correlação*. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues & BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. (orgs.). **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo, Editora Contexto, 2007.